

Diretrizes de uma Proposta Transformadora de Avaliação Interna para a Pós-Graduação

Ana Maria Fontenelle Catrib
Katia Siqueira de Freitas

Resumo

Esta pesquisa teve como objeto de investigação as avaliações internas de cinco cursos de mestrado da Universidade de Fortaleza-UNIFOR - Administração, Direito, Psicologia, Educação em Saúde e Informática. Seus objetivos foram realizar uma meta-avaliação emancipadora, vislumbrando-a como processo reflexivo de ação, e elaborar diretrizes para a avaliação interna das universidades de modo a permitir melhorias, bem como contribuir com reflexões sobre o tema de avaliação. A pesquisa teve caráter descritivo e avaliativo com abordagem qualitativa, tendo, como sujeitos, coordenadores, professores e alunos. Os instrumentos de coleta de dados foram análise documental, questionários com questões abertas e entrevistas semi-

estruturadas. A análise dos resultados indicou alguns pontos críticos das avaliações examinados, tais como, a participação restrita dos envolvidos na avaliação; a ausência de ampla divulgação dos resultados; pouco envolvimento da comunidade universitária na tomada de decisão; e li-

mitação das avaliações apenas às disciplinas e não ao curso como um todo. As conclusões indicaram que as avaliações internas dos cursos de mestrado examinados devem ser repensadas e reconstruídas a partir de um projeto pedagógico institucional, o qual atuará como agente norteador da política e das ações da avaliação. Os resultados apontam para uma

proposta de avaliação interna que permite transformar o processo avaliativo em participativo, democrático e libertador, possibilitando a (re)construção das práticas atuais de avaliação, muitas vezes voltadas para a mera coleta de resultados sem discussão das ações de melhoria a serem adotadas.

Palavras-chave: Avaliação Interna, Proposta Transformadora de Avaliação, Avaliação Institucional, Meta-Avaliação.

Ana Maria Fontenelle Catrib
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA.
Professora Titular da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Ex-Bolsista da Fundação Cesgranrio.
Kátia Siqueira de Freitas
Pós-Doutorado em Educação, Pennsylvania University - U.S.A.
Professora da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Introdução

A discussão de que a avaliação interna é um mecanismo necessário para a melhoria dos cursos de pós-graduação é

fundamental para compreendermos algumas questões importantes desta pesquisa, pois a avaliação interna é um mecanismo necessário à melhoria dos cursos de pós-graduação.

Em benefício do melhor entendimento dos discursos dos envolvidos e interessados na avaliação das avaliações internas dos programas de pós-graduação, acatamos os conceitos de avaliação interna na perspectiva emancipatória, referencial nesta pesquisa avaliativa.

A avaliação educacional teve sua origem no início do século XX. Os avanços efetivos ocorreram nas últimas décadas do mesmo século e culminaram com abordagens que vão da compreensão de avaliação como medida de resultados até a perspectiva de uso da avaliação como processo de negociação, utilizando-se para isso uma perspectiva emancipatória. Essa temática vem sendo alvo de estudos aprofundados no ambiente acadêmico, uma vez que as expectativas e necessidades da sociedade não estão sendo satisfeitas pelas instituições de ensino superior e a qualidade de seus cursos são, frequentemente, questionadas.

À medida que a ciência e a tecnologia ampliam os horizontes do conhecimento humano, cresce o panorama contraditório da educação, o que vem provocando nos estudiosos do campo da avaliação reflexão e a busca de novas e mais adequadas concepções e abordagens metodológicas. Esse processo tem provocado o surgimento de paradigmas que focalizam a avaliação sobre aspectos mais amplos e flexíveis, incluindo na sua análise a problemática cultural, com identificação dos interessados e de suas preocu-

pações, alcançando a solução dos problemas enfrentados.

Como qualquer outra organização, a universidade necessita examinar juntamente com a comunidade acadêmica as suas atividades, os recursos que utiliza, os processos educacionais desenvolvidos e os resultados obtidos em decorrência desta ação. Somente através de um processo avaliativo é possível reverter a passividade e o tradicionalismo que ainda existem em algumas instituições de ensino superior.

No ensino superior, a avaliação vem sendo utilizada em amplitude, perspectivas e terminologias que se definem a partir do objeto avaliado. Neste sentido, avaliação deve ser tratada, antes de tudo, de forma holística, ou seja, deve compreender o objeto da avaliação como um todo e suas relações com a sociedade na qual está inserido.

Bellone (1998) define a avaliação interna como uma maneira de estimular o aprimoramento de uma atividade, evitando que a rotina descaracterize os objetivos e finalidades desta mesma atividade. Para essa autora, a avaliação é um processo de tomada de consciência, cujo objetivo é a correção e o aperfeiçoamento do rumo, não se constituindo, portanto, num instrumento de punição.

É evidente que as instituições de ensino superior podem e devem auto-avaliar-se, procedendo à avaliação interna de seus cursos de graduação e pós-graduação. Elas podem e devem definir com a comunidade acadêmica as formas, as modalidades e critérios de aplicação da avaliação, por ser esta uma das práticas im-

prescindíveis para a obtenção da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Contudo persiste a grande questão a ser respondida: **Como proceder a uma avaliação interna de cursos?** Se o foco de atenção for a pós-graduação, a dificuldade é ainda maior, os motivos são variados, citaremos alguns. A prática da avaliação interna não tem sido vivenciada com frequência neste grau de ensino uma vez que o maior investimento nesses cursos tem sido na construção de pesquisas, dissertações ou teses. Na realidade boa parte dos programas não têm espaço para a realização de atividades de avaliação interna, aceitando os resultados da avaliação da CAPES como suficiente indicador de sua qualidade.

A existência de um Sistema de Avaliação Externa Nacional da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente-CAPES como que "desobriga" os cursos e programas de voltarem o seu olhar para dentro de si mesmos e com isso identificarem seus pontos frágeis e seus avanços. Se considerarmos que a avaliação realizada pela CAPES é um olhar externo sobre os cursos, cujo objetivo maior é orientar os programas de pós-graduação a buscarem uma melhoria constante, certamente concluiremos que a utilização conjunta das duas modalidades de avaliação permitirá uma visão global do curso. O fato é que, em geral, quando os cursos de mestrado procedem a uma avaliação interna, tomam como base os próprios critérios da CAPES.

A avaliação interna ou auto-avaliação é a forma de avaliar na qual os próprios avaliadores são também objeto de avaliação. Nesse caso, o processo avaliativo tem a finalidade de retroalimentação para

os ajustes de ações internas do objeto avaliado, no qual sujeito e objeto são o mesmo. É sempre realizada por avaliadores pertencentes à própria Instituição gestora do projeto, no entanto, estes nem sempre são ou sentem-se responsáveis diretos pela metodologia de funcionamento do objeto da avaliação, ou pela divulgação dos resultados ou pela implementação de mudanças decorrentes das avaliações internas. É sempre difícil sentir-se objeto e sujeito das avaliações e igualmente difícil incorporar mudanças.

Alguns autores consideram que a avaliação interna apresenta, como aspecto limitador de confiança, o risco da subjetividade, considerando que os avaliadores são também parte interessada do objeto avaliado. Este aspecto, de acordo com o processo de avaliação considerado de quarta geração, a da negociação, vê na participação dos interessados um ponto de grande confiabilidade do processo avaliativo, uma vez que eles vivenciam as atividades curriculares. Autores como Aguilar et. al. (1994) consideram que há a vantagem dos avaliadores terem conhecimento e familiaridade com o objeto a ser avaliado.

Nesta linha de pensamento e, a partir do referencial avaliativo trabalhado, percebemos que a avaliação interna na perspectiva emancipatória surge como um exercício da crítica e da reflexão dos processos educativos e vem abrindo um caminho muito oportuno e promissor para a construção de um processo educativo marcado pela alteridade onde alunos e professores são peças-chave de um jogo, o jogo do saber.

Neste sentido, a avaliação é entendida como o ato através do qual a comuni-

dade é compelida a repensar e refletir sobre sua práxis educativa e a buscar coletivamente estratégias para aproximá-la cada vez mais dos interesses e das necessidades da comunidade na construção de um projeto pedagógico mais próximo da realidade na qual ela se insere sem perder de vista a visão de mundo e de coletividade, ou seja, de um mundo cientificamente e humanamente melhor e mais solidário.

Estudos de avaliações internas têm mostrado que a "inadequação" e o "descompasso conceitual" são fatores determinantes de seu fracasso, por conta de problemas de natureza política, ideológica e técnica. A consciência de que problemas dessa ordem podem comprometer o papel construtivo da avaliação, além das possibilidades de análise, de interpretação e de julgamento dos dados da avaliação, bem como sua validade para a melhoria da qualidade acadêmica, têm levado pesquisadores a buscar uma área de estudos que vem sendo extensivamente desenvolvida e aplicada e que se constitui importante referencial de análise para a melhoria da qualidade de projetos e programas de avaliação educacional, a avaliação da avaliação, que também pode ser chamada de meta-avaliação, termo tradicionalmente usado para avaliação de grande número de avaliações quantitativas e que, nas últimas décadas, passou a ser empregado também para designar avaliação de avaliação qualitativa.

Conscientes da necessidade de que a avaliação também seja avaliada, os pesquisadores e estudiosos do campo da avaliação se deparam com um novo desafio: – **como proceder à avaliação das avaliações?**

Avanços significativos na construção de processos democráticos de avaliação, que possibilitem subsídios à reflexão dos projetos pedagógicos, exigem, no entender de Penna Firme (1994),

o exercício pleno da capacidade crítica, porque tendências, que são avanços, e tendenciosidades, que são retrocessos, convivem na teoria e, sobretudo, na prática. Distinguir uma das outras é imprescindível (p. 19).

Acreditamos ser este o caminho. O exercício desta capacidade crítica é um dos grandes desafios que tem sido exaustivamente discutido. Como os avaliadores podem e devem avaliar a avaliação, ou seja, como proceder à análise crítica das avaliações internas desenvolvidas pelos cursos e programas de mestrado? No nosso entendimento, essa avaliação apresenta características de um processo de meta-avaliação, cujo objetivo maior é verificar se a avaliação atende aos critérios de qualidade da boa prática de avaliação, se explicita concepções, valores e interesses nas propostas e metodologias em uso, se vem possibilitando amplo diálogo, sendo um *continuum* de reflexão crítica e coletiva da qualidade.

Trajectoria Metodológica

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi do tipo descritiva de abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada em uma Universidade particular, situada em Fortaleza-Ceará, na Região Nordeste, a Universidade de Fortaleza-Unifor, e examinou a avaliação dos seguintes cursos de mestrado: Administração, Educação em Saúde, Direito Constitucional, Psicologia e Informática Aplicada.

Percebemos durante o estudo o interesse dos mestrados e da Instituição em renovar seu sistema avaliativo, bem como o entendimento de que a pesquisa se propunha a fornecer subsídios para a reconstrução deste sistema de avaliação institucional.

Trabalhamos com três segmentos dos cursos citados – alunos, professores e coordenadores, que compõem os diferentes cursos de mestrado. Os alunos da amostra pesquisada foram selecionados dentre os que cursavam os mestrados a partir de 1999, uma vez que era nossa intenção ouvir os alunos de cada turma dos cinco mestrados que ingressaram em 1999.1, 2000.1 e 2001.1, os professores de cada curso e seus respectivos coordenadores.

Para selecionar os alunos sujeitos da pesquisa, utilizamos o sorteio, de forma proporcional, entre os alunos matriculados nas turmas dos mestrados de 1999, 2000 e 2001.

Neste processo de pesquisa, todos os sujeitos selecionados foram partícipes da meta-avaliação, uma vez que houve uma participação ampla e diversificada dos elementos que compõem os segmentos dos cursos, contemplando-se, portanto, tanto o consenso quanto o dissenso.

O número de alunos por curso variou entre 10 a 15, constituindo um total de 65 estudantes. A amostra foi determinada considerando-se a disponibilidade de tempo e os recursos financeiros da pesquisadora, uma vez que todos os questionários foram aplicados pessoalmente pela pesquisadora. Em cada curso, foram sorteados 5 alunos de cada uma das turmas

totalizando 15 alunos. Nos cursos de Psicologia e Informática Aplicada, foram selecionados apenas 10 alunos, uma vez que, nestes, a turma de 2001 ainda não havia iniciado suas atividades curriculares no momento da coleta de dados da pesquisa.

Para selecionar os professores, utilizamos a amostragem aleatória simples. A população deste segmento baseou-se nos seguintes critérios:

- 1-Ser professor efetivo do mestrado na Instituição.
- 2-Ter interesse em participar da pesquisa.
- 3-Ter disponibilidade de tempo para ser entrevistado.

A utilização de critérios predeterminados para a seleção deste segmento de sujeito decorre do fato de que era nossa pretensão entrevistar aqueles professores interessados em contribuir com nosso estudo e que tinham disponibilidade de tempo e boa vontade para fazê-lo.

Constatamos que cada curso possuía sete professores efetivos, dentre os quais foram selecionados três para serem entrevistados.

O segmento dos coordenadores de curso de mestrado constituiu um total de cinco, sendo todos entrevistados, uma vez que cada coordenador se caracterizava por domínio das especificidades do curso, não havendo necessidade, portanto, de seleção, pois era imprescindível ouvirmos censitariamente o coordenador de cada curso.

A seleção dos sujeitos foi permeada pela preocupação com o aspecto ético da

pesquisa. Um estudo em uma universidade particular reconhecida na Região Nordeste poderia suscitar dúvidas e não representar com fidedignidade a realidade, embora reconheçamos que a apreensão da realidade num processo de pesquisa nunca é total. Garantimos o anonimato das respostas, embora as entrevistas tenham sido gravadas; cada entrevistado foi argüido sobre se autorizaria a utilização dos dados. Este aspecto ficou evidente em face da receptividade dos sujeitos que prestaram as informações, até de forma detalhada, e é um indicador de que confirmam e compreendem que os resultados da pesquisa contribuiriam para a reorientação do processo avaliativo dos respectivos cursos e a retroalimentação de seus currículos e os ajudaria no desempenho de suas funções.

A questão ética, no que se refere ao segmento dos alunos, também foi observada. Antes da aplicação do questionário, foram explicados os objetivos da pesquisa e foi verbalizado que os resultados seriam apresentados de forma global, não caracterizando nenhum curso. O objetivo foi conhecer a visão de coordenadores, professores e alunos sobre a avaliação interna realizada nos cursos de mestrado da Instituição e apontar caminhos que pudessem melhorar o processo avaliativo e o uso de seus resultados.

A apresentação dos resultados das entrevistas e questionários por curso refere-se apenas à necessidade de nos orientarmos quanto aos aspectos mais relevantes já existentes, que poderiam contribuir para uma proposta institucional mais ampla do sistema de avaliação e na abertura para o atendimento das necessidades de cada curso em particular.

Assim como nas entrevistas, o anonimato foi também preservado nos questionários, uma vez que no instrumento não existe nenhum item que possa identificar o aluno.

Tendo em vista a preocupação com a participação dos sujeitos no processo de pesquisa, optamos por instrumentos que pudessem viabilizar maior envolvimento dos segmentos na coleta de informações.

Foram três os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa: 1) Questionário com questões abertas aplicado aos alunos; 2) Roteiro Semi-Estruturado de Entrevista aplicado aos professores e 3) Roteiro Semi-Estruturado de Entrevista aplicado aos coordenadores.

O questionário destinado aos alunos, composto de sete questões abertas, de autot preenchimento e sem identificação, foi aplicado individualmente. A aplicação dos questionários foi realizada no próprio ambiente de estudo - Cursos de Mestrado - sem a presença de professores ou orientadores. Até a pesquisadora se afastou, dando mais liberdade ao aluno para responder. O preenchimento do questionário se deu de forma voluntária, dando-se ao aluno a liberdade de devolvê-lo em branco. Antes do preenchimento, nos apresentamos, dizendo que pertencíamos à Instituição e ressaltando a importância da participação de todos em um processo avaliativo, cujas contribuições seriam significativas para a pesquisa, bem como para a utilização dos resultados da investigação.

O questionário foi pré-testado com sete alunos para verificar a adequação da linguagem, compreensão das questões e entendimento dos objetivos da pesquisa,

não havendo dificuldades no preenchimento.

O referido instrumento de pesquisa foi estruturado no sentido de propiciar respostas sobre:

1. Desenvolvimento da avaliação interna nos mestrados.
2. Atendimento das necessidades do curso pela avaliação interna.
3. Pontos positivos, negativos e críticos da avaliação interna.
4. Sugestões para melhoria do processo avaliativo.
5. Conseqüências da avaliação interna para os envolvidos no processo.
6. Contribuições da avaliação interna para os segmentos da universidade.

Para responder às questões de investigação, que possibilitassem a realização da avaliação das avaliações internas dos mestrados, construímos um questionário de questões abertas, procurando evitar possíveis vieses. As questões abertas permitiram uma reflexão crítica dos alunos.

Os conteúdos das questões sobre avaliação foram identificados e categorizados a partir da análise do aspecto auto-avaliação, contido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Mestrado enviados para o julgamento da CAPES. Esses documentos têm uma explicação de como é conduzida a avaliação interna de cada curso. O acesso a esses documentos se deu por intermédio da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade.

As 20 entrevistas realizadas com professores e coordenadores dos mestrados constituíram, juntamente com os questionários dos alunos, matéria-prima essen-

cial para a compreensão do nosso objeto de estudo.

As entrevistas aconteceram através de roteiro semi-estruturado. Elas foram gravadas com prévia autorização dos respondentes. O roteiro das entrevistas era composto por 10 questões. As entrevistas com os professores e coordenadores de curso foram realizadas em hora e local marcados pelos próprios entrevistados.

A estratégia utilizada no enfoque qualitativo da entrevista foi o encorajamento de conversações dirigidas, embora com fluxo livre. A intenção primeira foi produzir informações a serem utilizadas para se entender o processo de avaliação na perspectiva dos participantes.

Tomando como base as questões fundamentais norteadoras da avaliação das avaliações internas, identificamos as manifestações dos vários sujeitos que constituem os segmentos ativos, no referido objeto da avaliação.

Uma primeira leitura e análise dos resultados dos diferentes segmentos possibilitou a identificação de categorias que poderiam nortear a análise, não apenas das entrevistas, mas também dos questionários dos alunos.

Organizamos os dados em seis categorias, que são fundamentais em uma análise que faz parte de um processo avaliativo: o conceito de avaliação, entendimento que os sujeitos têm de avaliação, as funções que operacionalizam este conceito, os instrumentos utilizados num processo desta natureza, o envolvimento dos sujeitos na avaliação, o uso de juízo de valor para definir a percepção de avaliação, bem como o reconhecimento da

diferenciação entre atividades didáticas, de ensino-aprendizagem e de avaliação, explicitado na categoria ausência de avaliação.

Nas análises das entrevistas dos professores e coordenadores, duas novas categorias emergiram: critério de avaliação e acompanhamento da avaliação.

Tendo em vista a avaliação, consideramos que estas categorias são importantes por terem o propósito de conhecer e dimensionar as características e os fatores envolvidos no processo avaliativo, com vistas à identificação de ações para seu aprimoramento.

Resultados

Ao participarem, nos vários momentos do processo da avaliação das avaliações internas, alunos, professores e coordenadores dos mestrados adquiriram um conhecimento mais objetivo da situação de seus cursos de pós-graduação, analisaram os seus problemas, o que lhes permitiu formular ações para transformar a realidade.

Com base nas discussões ora suscitadas, concluímos que muito deve ser feito ainda e com muita reflexão, pois a realização desta pesquisa não oferece todas as respostas, nem impõe um ponto final no debate sobre a temática. Os resultados alcançados proporcionam a compreensão de que visíveis transformações na maneira como a comunidade decifra a sua realidade avaliativa, permitem que se percebam as possibilidades que emergem em direção à melhoria do processo avaliativo e se incorporem soluções criativas para eliminar os problemas da avaliação interna detectados pela meta-avaliação.

Este estudo não pretendeu esgotar o assunto e sim construir uma nova proposta de avaliação interna para os cursos de mestrado. A proposta construída oferece, tanto subsídios teórico-metodológicos quanto argumentos no sentido de indicar alguns caminhos para a (re)construção das práticas atuais de avaliação vivenciadas pelos cinco cursos de mestrado da UNIFOR.

Esta pesquisa possibilitou desvelar e trazer à tona alguns pontos críticos de avaliação dos referidos cursos de mestrado, dentre eles:

- a) participação restrita dos interessados no planejamento, execução e acompanhamento da avaliação;
- b) ausência de ampla divulgação dos resultados, com discussão efetiva que envolva todos os partícipes dos cursos de mestrado;
- c) pouco envolvimento da comunidade universitária na tomada de decisão; e
- d) limitação da avaliação apenas às disciplinas e não ao curso como um todo, uma vez que as avaliações acontecem de forma fragmentada, sem que sejam considerados aspectos gerais e segmentos distintos dos cursos.

Aspectos relevantes deste estudo foram a explicitação da demanda, o desejo e o interesse dos integrantes dos mestrados por um processo avaliativo mais participativo, desde a sua construção até a discussão dos resultados, sentimento demonstrado especialmente pelos alunos e professores. Pesquisar essa manifestação concreta reforça a teoria que advoga o valor de um trabalho avaliativo participativo, no qual os gestores, professores e alunos possam experienciar o pensamento e o ato da avaliação de forma democrática,

voltando-se para a transformação coletiva ressaltada por Saul (1988):

(...) a decisão democrática implica que haja um envolvimento responsável e compartilhado dos elementos que participam de um programa, na tomada de decisão tanto nos delineamentos a respeito da proposta avaliativa quanto nos rumos de um programa educacional. Estimula-se uma participação ampla e diversificada dos elementos, contemplando-se tanto o consenso quanto o dissenso (p.62).

A pesquisa permitiu também a identificação de dificuldades e de possibilidades da avaliação interna vivenciadas nos cursos de mestrado. Essa descrição interpretativa tem como fonte principal a percepção e uma reflexão crítica dos envolvidos nos programas a respeito da avaliação interna. Tal reflexão muito contribuiu para a compreensão e a busca de solução de pontos cruciais que afetam o desenvolvimento da proposta de avaliação interna dos cursos de pós-graduação.

Saul (1988) argumenta que a crítica educativa propõe uma análise valorativa do programa avaliativo na perspectiva de cada um de seus participantes, os avaliadores, assegurando que

A crítica incide sobre o programa em si, prioritariamente sobre a dimensão de processo, sem, no entanto, desconsiderar os produtos. A função da crítica é educativa, formativa para quem dela participa, visando a reorientação do programa (p.62).

A primeira dificuldade desvelada foi a ausência de diretrizes institucionais gerais de avaliação interna para as avaliações

dos programas de pós-graduação. Cabe ao coordenador de cada curso de mestrado a proposição de uma avaliação interna. O resultado é que cada curso realiza a avaliação interna ao seu modo, sem que haja uma relação desta com a proposta institucional de avaliação interna, expressa no Plano Estratégico Institucional. Esta dificuldade já está sendo objeto de estudo pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIFOR, a partir da divulgação dos resultados parciais desta pesquisa.

A segunda dificuldade foi apontada através da percepção dos participantes da pesquisa. Dos 65 envolvidos, 11 alunos e 3 professores afirmaram desconhecer qualquer processo avaliativo realizado no âmbito dos cursos de mestrado. Esta afirmação indica haver participação restrita dos envolvidos nas avaliações internas.

Alguns mecanismos de comunicação e outros, como a ampla sensibilização dos envolvidos no período que antecede a avaliação, devem ser pensados no sentido de envolver partícipes no processo avaliativo, permitindo que o colegiado de professores e alunos, juntamente com o coordenador, assumam, a partir do autoconhecimento crítico de seu curso, a responsabilidade coletiva de conduzir os rumos desse programa de pós-graduação.

Outra dificuldade é a socialização dos resultados da avaliação. Os depoimentos dos respondentes mostraram que, após realizada a avaliação, nem sempre os resultados são divulgados, principalmente para os alunos. Isso faz com que eles não percebam as mudanças ocorrentes no curso a partir da análise e interpretação dos dados explicitados nos relatórios de avaliação.

Uma quarta dificuldade merece um estudo da própria Instituição na busca de resposta a como atender ao Plano Estratégico Institucional e aos critérios de avaliação externa da CAPES. A ausência de um olhar abrangente para dentro de si mesmo, a partir de uma auto-avaliação global do curso como um todo, procurando identificar os pontos de sucesso e os pontos a serem redimensionados a fim de que eles possam provocar as transformações necessárias que retroalimentam o sistema de ensino-aprendizagem do próprio curso, com toda certeza apresenta-se como um elemento dificultador do processo avaliativo.

A possibilidade primeira aflorada a partir deste estudo é a necessidade de intensificar e tornar mais abrangente a avaliação interna. É necessário que essa avaliação esteja contemplada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Mestrado, nos Planos de Metas dos Centros de Ciências e no Plano Estratégico Institucional.

A estruturação de um grupo de estudo, coordenado pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, com o objetivo de definir diretrizes mais amplas para a avaliação interna dos programas de mestrado, apresta-se como uma segunda possibilidade apontada pela pesquisa.

Outra possibilidade está no interesse demonstrado pelos participantes dos cursos de mestrado avaliados na (re)construção de seus processos de avaliação interna, para que estes realmente identifiquem as dificuldades e apontem novos caminhos de transformação a partir da percepção de todos os envolvidos nos cursos, da socialização das opções encontradas e, através de processos emancipa-

dores, em que os grupos possam decidir o que querem e assumam o destino dos cursos, articulados na luta pela melhoria das condições de ensino e pesquisa de boa qualidade.

A realização de atividades sistematizadas de avaliação como parte do currículo e a criação de núcleos de estudos avaliativos internos, integrando cursos de áreas afins – como Educação e Psicologia; Informática e Administração, entre outros – são uma grande possibilidade.

Possibilidade também reconhecida pelos integrantes dos mestrados é a realização de seminários periódicos intracurso e intercursos para a troca das ações pedagógicas, propostas avaliativas e resultados das avaliações dos respectivos mestrados.

Uma possibilidade que nos chama a atenção é o fato de que alunos e professores entendem que a pós-graduação *stricto sensu* não deve se desenvolver desarticulada da graduação. Esse entendimento permite a realização de atividades e estudos conjuntos, envolvendo docentes e discentes da graduação e pós-graduação.

Por fim, a possibilidade maior apontada por este estudo é a criação de um sistema de avaliação institucional para a pós-graduação semelhante ao existente na graduação, que vá desde o Plano Estratégico Institucional, passando pelos Planos de Metas dos Centros, e atinja as especificidades de cada um dos mestrados. Essa possibilidade contribuirá significativamente para o crescimento epistemológico e técnico-científico dos cursos, melhorando a qualidade dos professores e a profissionalização dos alunos, uma vez que fica

evidente pela análise dos resultados que não deve haver fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão, porque os três são pilares da Universidade.

Conclusão

Uma proposta de avaliação interna deve ser pensada e construída a partir de um projeto pedagógico institucional, que atue como agente norteador da política e das ações da avaliação.

Neste contexto, a análise das falas dos entrevistados nos possibilitou indicar alguns pontos que devem ser considerados na reelaboração da proposta de avaliação interna dos cinco cursos de mestrado da UNIFOR, cujas avaliações internas foram analisadas e avaliadas por esta pesquisa. É importante ressaltar que as nove diretrizes a nortearem a proposta de avaliação interna, construída neste trabalho e explicitadas a seguir, guardam afinidades teóricas e conceituais com o referencial avaliativo que referendamos neste estudo, ou seja, a concepção de um processo de avaliação interna emancipador, possibilitando a (re)construção de práticas atuais de avaliação muitas vezes voltadas para a mera coleta de resultados sem discussão das ações de melhoria a serem adotadas.

1 Existência de um Projeto de Avaliação Institucional

Estabelecer o marco de referência do processo de avaliação interna de cursos de pós-graduação a partir de seu projeto pedagógico, no qual estão definidos a missão, os objetivos, a história, a filosofia, além das diretrizes que o regulamen-

tam e, ainda, o planejamento das ações em que a avaliação se insere.

Neste contexto, a avaliação interna deverá delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões opcionais que respondam às indagações sobre o objeto avaliado, respeitando-se as características e finalidades individuais de cada curso.

2 Concepção de avaliação o mais próximo possível da concepção da universidade

Manter afinidades teóricas e conceituais entre a concepção de universidade e o entendimento e a concepção de avaliação que serão adotados no desenvolvimento da auto-avaliação. Logo, cabe aos organizadores do processo de avaliação, antes de elaborar uma proposta, identificar se existe coerência entre a concepção de universidade contida nos projetos pedagógicos dos cursos a serem avaliados e a compreensão de avaliação que subsidiará as modalidades das práticas avaliativas internas a serem desencadeadas, para que os valores que direcionarão os critérios e a abordagem de avaliação sejam o mais adequados e próximos do plano da instituição.

3 Participação dos interessados na definição do objeto e dos objetivos da avaliação

Conscientizar os atores envolvidos no processo avaliativo sobre a importância da participação da comunidade em todas as etapas da avaliação, sob pena de correr o risco de esvaziamento da avaliação.

Segundo Demo (1995), participação é a alma do processo (...) exige tempo de

conviência e compromisso comprovado. Como processo histórico, deve ser conquistada e utilizar como instrumento as informações abertas e livres. O envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica em todas as fases da avaliação, em uma combinação de avaliação externa e auto-avaliação global da instituição e de cada um dos segmentos nela compreendidos, estimula o surgimento de uma proposta democrática, que busca a identificação dos interessados e de suas preocupações, até o alcance da solução de seus problemas, estimulando amplamente o engajamento dos elementos que participam e compartilham dos novos rumos do objeto avaliado – o curso.

Há necessidade de que todos os partícipes estejam envolvidos na avaliação, desde a construção dos instrumentos, até a tomada de decisão para a realização de ações de melhoria, pois o sistema é retroalimentado a partir da percepção que os segmentos têm da avaliação.

A idéia de participação torna-se substantiva quando envolve o diálogo e a cooperação, e quando se estabelece em nome de qual projeto político ela é posta em ação na comunidade acadêmica. A participação consciente e efetiva dos interessados na avaliação é um requisito ímpar para a garantia um processo avaliativo de qualidade, bem como para se obter a transformação dos cursos, após o conhecimento da realidade e sua auto-crítica.

4 Respeito à especificidade de cada curso avaliado

Respeitar e compreender o dinamismo e a identidade dos mestrados, logo, não há um modelo único e universal de avaliação, pois num processo avaliativo

os pontos de referência devem ser os próprios cursos, num dualismo sujeito e objeto da avaliação.

Considerando que cada curso tem a própria casuística e cada avaliação tem suas indagações, como anota Dias Sobrinho (1997), não há modelo único de avaliação que possa ser usado por todos indiscriminadamente, como se as questões norteadoras da avaliação interna fossem sempre as mesmas e os curso similares.

Em função da especificidade, da complexidade e das peculiaridades que cada curso apresenta, a metodologia de avaliação interna sugerida para o desenvolvimento de uma proposta avaliativa deve respeitar as características e as finalidades do projeto pedagógico em particular, que podem diferir desde a estrutura aos processos de ensino-aprendizagem, sem, no entanto, desconsiderar que há critérios gerais para segmentos de uma mesma natureza.

Ademais, concordamos com Depresbiteris (1991) quando a autora ensina que:

Certamente não existem receitas nem modelos que sirvam para as instituições educacionais, no sentido de promover essa formação ampla do aluno; mas talvez haja um alerta comum: educação é processo, avaliar esse processo é dever das instituições; ganhar espaços, gerar mudanças, promover melhorias deve fazer parte integrante da consciência do educador (p.76).

A diversidade é desejável, assim, torna-se incorreto apresentar qualquer tipo

de sistema, programa ou modelo de avaliação que atenda a todos os cursos de forma geral, não se podendo adotar os mesmos critérios, instrumentos e procedimentos para avaliar diferentes realidades dos cursos de pós-graduação.

5 *Concepção de avaliação em processo*

Compreender a avaliação interna como um *moto continuo* de melhoria que pressupõe, além da existência de um projeto técnico consistente, um vigoroso compromisso político.

Segundo Dias Sobrinho (1995), assim como no processo educacional, que não se esgota com a obtenção de créditos formais nem com a aquisição de títulos e diplomas, a avaliação interna também não pode ter fim após a elaboração dos diagnósticos e relatórios. Ela é um processo e portanto deve permear toda a vida do curso ou da instituição, instituindo-se como cultura e não prescindindo de ser pró-ativa e prospectiva. Deve, dessa forma, apoiar o processo na avaliação global e na produção de condições necessárias para o desenvolvimento futuro do curso ou da instituição. Assim, é importante ressaltar o caráter construtivo, contínuo e permanente que a avaliação deve cultivar.

6 *Consistência do planejamento da avaliação na busca de uma avaliação transformadora*

Considerar que a avaliação interna, como todo ato permanente de autocrítica e transformação, tem início e fim. Contudo, por se tratar de um *continuum*, a cada fim tem continuidade o processo. Para atender a estas características e a esta

dinâmica, uma avaliação deve ser constituída por etapas que se inter-relacionam e têm uma ordenação lógica. Segundo Flores et al (1993), estas etapas estão assim definidas: planejamento, instrumentação, organização e aplicação dos instrumentos, processamento de informações e discussão e divulgação dos resultados.

O planejamento, etapa primeira da avaliação, é a fase em que se definem o objeto a ser avaliado, o marco referencial, os objetivos e o método que será utilizado, além de determinar os meios e recursos para o alcance dos objetivos. Portanto, o sucesso da avaliação depende muito de um eficiente planejamento, pois é imprescindível que a avaliação tenha credibilidade junto à comunidade universitária e à sociedade que a mantém.

7 *Discussão dos resultados da avaliação*

Discutir os resultados da avaliação com os participantes do processo avaliativo para que todos possam participar das tomadas de decisão oriundas da avaliação, bem como das ações de melhoria.

Autores como Saul (1988), Durham (1992), Juliato (1991) e Dias Sobrinho (2000) são unânimes ao se referirem à discussão dos resultados de uma avaliação e consideram esta fase uma das mais significativas de todo o processo avaliativo.

Para Durham (1992), a publicação dos resultados da avaliação é um instrumento democrático ainda num outro sentido: é a forma privilegiada de prestar contas à sociedade. Na mesma linha de pensamento, Juliato (1991) assegura que os resultados da avaliação podem contribuir de forma significativa para orientar

e subsidiar os administradores e as comunidades acadêmicas comprometidas com o aperfeiçoamento e com a melhoria dos cursos e conseqüentemente da IES.

Certamente, além da discussão dos resultados, o processo avaliativo deve contar com um consistente relatório de avaliação, que contenha uma seção destinada a recomendações para a realização de ações administrativas e/ou pedagógicas que tenham como fim principal o aperfeiçoamento da Instituição e a melhoria de seu desempenho, pois o esforço de uma avaliação é compensado apenas quando seus resultados são utilizados e produzem uma discussão ampla envolvendo toda a comunidade acadêmica.

8 Retroalimentação do sistema de avaliação

Responder às novas demandas do processo avaliativo, que deve nortear e retroalimentar o sistema de avaliação.

A importância e a necessidade de aprimorar-se um processo de auto-avaliação permanente nos cursos demanda tempo, envolve participação, investigação e ação. A necessidade de avaliação se explica porque permite uma retroalimentação sobre o que se está fazendo, verificando os acertos e os erros que se cometem ou foram cometidos, a fim de podermos ressaltar os pontos de sucesso e ir sanando aqueles que precisam ser repensados, melhorando-os ou evitando-os passo a passo (AQUILAR et al, 1994).

Com efeito, as informações obtidas permitem retroalimentar o processo avaliativo e, ao detectar falhas, empreender ações que permitam melhorá-lo, além de conduzir a tomadas de decisões mais ade-

quadas e aos ajustes de ações internas do objeto avaliado, no qual sujeito e objeto são o mesmo.

9 Análise crítica da proposta educacional

Desenvolver uma análise crítica do processo avaliativo através de uma visão criativa, ética e humanística, assegurando ampla liberdade na escolha da abordagem de avaliação, para que esta possa transformar a realidade avaliada, a partir de uma proposta de avaliação interna participativa, democrática e libertadora, cuja discussão dos resultados realmente norteiem as ações de melhoria a serem adotadas.

Parece que muito deve ser feito ainda relativamente à avaliação, e com muita reflexão. A avaliação das avaliações internas realizadas nos cursos de mestrado da UNIFOR não vai incidir um ponto final na questão polêmica da meta-avaliação. Ela é um processo aberto e ainda em construção, que procura oferecer argumentos e subsídios no sentido de indicar os caminhos para a avaliação interna dos programas de mestrado, de forma democrática, participativa e com ampla divulgação e discussão dos resultados pelos envolvidos no processo avaliativo.

Neste sentido, sugerimos a formação de um grupo de estudos para pensar a construção de um sistema de avaliação interna para os cursos de pós-graduação que atenda ao plano institucional da Universidade e aos projetos pedagógicos e demandas de cada curso.

O estudo seria uma busca de caminhos para a discussão em seminários organizados por uma comissão composta de representação de gestores, professores e

alunos de cada curso e da Universidade, que teriam a função de "captar" quais as demandas e os interesses da comunidade, do curso e da Instituição.

A comissão deve integrar, além dos representantes dos cursos e da Instituição, um experiente especialista que atue na área da avaliação, pois torna-se indispensável que a avaliação interna esteja em consonância, também, com a avaliação externa realizada pela CAPES, uma vez que concordamos com Dias Sobrinho (2000), ao assinalar

(...) que a auto-avaliação é respeitada, de acordo com o princípio de que para maior produtividade é necessário desregular, aumentar a autonomia nos meios e processos, desde que se efetue uma regulação, ou seja, um controle de resultados e produtos, via avaliação externa e mecanismos a ela associados e produzidos. Cabe considerar que, por mais valorizada que seja a avaliação interna independente e voluntária, ela acaba sendo em boa parte determinada pela avaliação externa (p.25).

Alguns aspectos são relevantes na construção de projetos e sistemas de avaliação interna os quais foram explicitados neste momento final de nosso trabalho, uma vez que a avaliação das avaliações internas dos mestrados não se esgota aqui nesta pesquisa, que significa apenas o começo. Caberá aos envolvidos nos cursos dar continuidade a esta proposta, (re)construindo sua avaliação interna, de forma amadurecida e legitimada pela comunidade acadêmica, sendo amplamente estimulada e apoiada pelos órgãos superiores da Instituição.

Avaliar é um constante recomeço, é um ato de reflexão-ação-reflexão. Expri-me nossos pensamentos, sentimentos e ações em educação, que constituem a práxis pedagógica participativa do ensino-aprendizagem. É essa inquietação que cria o contexto institucional e político propício para a consolidação de práticas avaliativas, geradoras de benefícios diretos e imediatos à comunidade, para a transformação e melhoria de sua realidade.

Esta pesquisa abre caminhos para a reflexão e para que novos estudos sejam realizados na busca de um ensino de pós-graduação *stricto sensu*, mais próximo do atendimento das demandas sociais, porque se sustenta na conquista da emancipação do sujeito, o que lhe garante o alcance da cidadania participativa.

Consideramos cumprida mais uma "escala do vôo", com satisfação e a esperança de que as constatações e os pontos de evidência suscitados possam subsidiar as discussões sobre avaliação na comunidade acadêmica e desencadeiem outras investigações neste campo do conhecimento. Esperamos que as afirmações, reflexões e fundamentações aqui apresentadas possam ser analisadas e utilizadas, permitindo entreabrir algumas portas que lhes darão continuidade, uma vez que nossa pesquisa constitui-se apenas de um dos momentos do processo avaliativo emancipatório, o conhecimento da realidade.

Considerações Finais

Cabe-nos argumentar sobre o papel e a importância da meta-avaliação, no intuito de reforçar nossos pensamentos, explicitados ao longo deste ensaio.

O grande desafio da avaliação interna, de acordo com Dias Sobrinho (2000), é evitar que esta seja mero exercício formal, que não toca os verdadeiros problemas e as zonas mais profundas e obscuras dos cursos ou da Instituição. Neste caso, além de a avaliação não ensejar amplíssima reflexão, ela acaba aprofundando sentimentos de desconfiança. Por outro lado, os conflitos e resistências se acentuam e crescem as tendências adaptativas das comunidades universitárias às avaliações heteronômicas, à medida que aumenta a consciência de que é muito difícil promover amplas e profundas modificações nas universidades a partir somente de avaliações internas.

No entanto, a necessidade de aprimoramento do pensamento e da ação coletiva dos referidos segmentos da pesquisa perante a avaliação interna orientou-nos até esta primeira escala de vôo, da qual destacamos algumas constatações e sugestões, sem contudo pensar em concluir ou achar que se chegou ao fim. Os discursos sobre a avaliação trazem fortes marcas dos aspectos psicossociais e culturais, portanto, passíveis de transformação. Suas expressões não têm permanência, como é característico do que é pro-

cessual. Reconhecer esta provisoriedade constitui premissa fundamental para se pesquisar na área da educação, mais especificamente, da avaliação.

Não foi fácil passar da inquietação para a ação, para a produção deste conhecimento sobre avaliação interna de cursos de pós-graduação e sobre a avaliação da avaliação (meta-avaliação), com os resultados que exigem esforços na busca de caminhos para a mudança. Contudo é a inquietação que cria o contexto institucional e político para a consolidação das práticas avaliativas evolutivas e participativas. Esperamos, pois, que este processo avaliativo não se esgote em um produto acadêmico, mas que enseje a transformação e melhoria dos cinco cursos de mestrado avaliados.

A Universidade não pode ignorar a crise de paradigma e de utopias atualmente vividas pela sociedade. Ela necessita compreendê-la a partir de uma visão de futuro, voltada para a reflexão, a produção e criação do conhecimento, que sai do isolamento institucional para o coletivo, rumo ao conhecimento que atenda às necessidades da sociedade da pós-modernidade.

Recebido em: 28/05/2003

Aceito para publicação em: 15/09/2003

ABSTRACT

Directions for a new internal evaluation proposal for post-graduate courses

The main objective of this research is to carry out an internal evaluation of the graduate courses (master) on Administration, Law, Psychology, Health education and Informatics

of the University of Fortaleza – UNIFOR. The research had a descriptive and evaluative character within a qualitative approach. The subjects of this experiment were coordinators, teachers and students of the referred university. The data collection procedures used were documental analysis, questionnaires with open questions and semi-structured interviews. The analysis of the results indicated some critical point such as: a limited involvement of the university community. The results indicate the need of an internal evaluation proposal more participative and democratic based on institutional pedagogic project.

Keywords: Internal evaluation - internal evaluation proposal – institutional evaluation - metaevaluation

RESUMEN

Directrices de una propuesta transformadora de evaluación interna para el Postgrado.

Esta pesquisa tuvo como objeto de investigación las evaluaciones internas de cinco cursos de maestría de la Universidad de Fortaleza-UNIFOR – Administración de Empresas, Derecho, Sicología, Educación en Salud e Informática. Sus objetivos fueron realizar una meta-evaluación emancipadora, vislumbrándola como proceso reflexivo de acción, y elaborar directrices para la avaluación interna de las universidades de modo que permita mejoras, así como contribuir con reflexiones sobre el tema de evaluación. La pesquisa tuvo un carácter descriptivo y evaluativo con un enfoque cualitativo, teniendo, como sujetos, coordinadotes, profesores y alumnos. Los instrumentos de colecta de datos fueron análisis documental, cuestionarios con cuestiones abiertas y entrevistas semiestructuradas. El análisis de los resultados indicó algunos puntos críticos de las evaluaciones examinadas, tales como, la participación restringida de los comprometidos en la evaluación; la ausencia de amplia divulgación de los resultados; poco compromiso de la comunidad universitaria en la tomada de decisión; y limitación de las evaluaciones apenas a las disciplinas y no al curso como un todo. Las conclusiones indicaron que las evaluaciones internas de los cursos de maestría examinadas deben ser repensadas y reconstruidas a partir de un proyecto pedagógico institucional, el cual actuará como agente orientador de la política y de las acciones de la evaluación. Los resultados apuntan para una propuesta de evaluación interna que permite transformar el proceso evaluativo en participativo, democrático y libertador, posibilitando la (re)construcción de las prácticas actuales de evaluación muchas veces dirigidas para la mera colecta de resultados sin discusión de las acciones de mejora a ser adoptadas.

Palabras clave: Evaluación Interna, Propuesta Transformadora de Evaluación, Evaluación Institucional, Meta- Evaluación.

Referências Bibliográficas:

AGUILAR, M.; ANDER, E. G. G. E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BELLONI, I. A função social da avaliação institucional. *Avaliação*, Campinas, v. 3, n. 34, p. 15-50, 1998.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1995.

DEPRESBITERIS, L. Instrumentos de avaliação-as questões mais constantes da prática docente. *Estudos em Avaliação Educacional-Revista da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 4, jul./dez. 1991.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: integração e ação integradora. *Avaliação*, Campinas, v. 2, n. 2, 1997.

_____. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DURHAM, E. R.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: EDUSP, 1992.

FLORES et al. *Manual de evaluación*. México: Centro de Documentación. Secretaría de Educacion, 1993.

JULIATO, I. C. Avaliação de desempenho das instituições universitárias. *Dois Pontos*, Brasília, p. 14-17, out. 1991. Edição especial.

PENNA FIRME, T. Avaliação: tendências e tendenciosidades. In: *ENSAIO. Avaliação e Políticas Públicas em Educação-Revista da Fundação Cesgranrio*, n. 2, Rio de Janeiro, 1994.

SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1988.

Correspondência: katiassf@ufba.br
catrib@unifor.br